



107

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS: 0327805-5

COMARCA DE ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PASSIRA/PE

IMPETRANTE: MARTA MARIA MAGALHÃES

PACIENTE: RUANN ICCARO FERREIRA GERALDO DA SILVA

PROC. DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME DE ROUBO. USO DE ARMA DE FOGO. CONCURSO DE AGENTES. CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE *IN CONCRETO*. PERICULOSIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO RÉU. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Crime de roubo, mediante violência e grave ameaça, com emprego de arma de fogo durante o período noturno, em concurso de agentes, ficando evidenciada a periculosidade do Paciente. No que se refere à alegação de ausência de fundamentação legal para prisão preventiva do paciente, entendo que não merece guarida.
2. Aplicação da Súmula 86 deste TJPE.
3. Habeas Corpus denegado por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0327805-5**, em que figuram as partes acima qualificadas, acordam, por unanimidade de votos, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão realizada no dia ____/____/2014, em **denegar a ordem**, na conformidade do relatório, da ementa, do voto do relator e dos demais votos anexos, que fazem parte desta decisão.

Recife, 13 de maio

de 2014

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



4076

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS: 0327805-5

COMARCA DE ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PASSIRA/PE

IMPETRANTE: MARTA MARIA MAGALHÃES

PACIENTE: RUAN ICARO FERREIRA GERALDO DA SILVA

PROC. DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado pela Bela. Marta Maria Magalhães em favor do paciente **RUANN ICCARO FERREIRA GERALDO DA SILVA**, no qual é apontada como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Passira/PE, objetivando a concessão da ordem, com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Afirma que o paciente foi preso em flagrante no dia 23 de novembro de 2013 na cidade de Passira/PE, e, posteriormente, teve a sua prisão convertida em preventiva, sob a fundamentação de conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da Lei Penal, nos termos do art. 311 e seguintes do Código de Processo Penal. Na sequência, foi denunciado pelo Ministério Público como incurso no **art. 157, §2º, I e II, do Código Penal, c/c art. 244-b da Lei 8.069/90.**

Consta da petição inicial que o paciente se encontra recolhido na Penitenciária Dr. Ênio Pessoa Guerra – Limoeiro-PE desde o dia 25 de novembro de 2013.

Alega que não há motivos que justifiquem sua segregação cautelar por mais tempo, uma vez que o Paciente é primário, tem bons antecedentes, possui residência fixa no endereço já constante dos autos, e antes de ser preso vivia de seu trabalho lícito. Defendo, ainda, que o mesmo não oferece perigo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

à sociedade, não havendo razão para a manutenção da prisão, uma vez que inócorrem as hipóteses que autorizam a sua custódia preventiva.

Aduz ainda, que inexistem os pressupostos que ensejariam a decretação da prisão preventiva do requerente, se solto estivesse, eis que não há dados concretos que demonstrem que o paciente em liberdade constituiria ameaça à ordem pública ou prejudicaria a instrução criminal ou mesmo, se furtaria à aplicação da lei penal, caso venha a ser condenado.

Por fim, pugna a impetrante pela concessão da ordem, com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Instruiu o pedido com documentos de fls. 10/37.

Formulou pedido de liminar, o qual foi indeferido em 26 de fevereiro de 2014, fls. 39/41.

Ofício contendo informações trazidas pela autoridade coatora acostado às fls. 51 e 52, informa além de outros elementos que a denúncia fora recebida em 30 de janeiro do corrente ano. Aduz, ainda, que o processo encontra-se no aguardo da designação de audiência de instrução. Instrui as informações prestadas com os documentos de fls. 52/91.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça às fls. 98/101, opinando pela **denegação** do pedido.

É o relatório.

Recife, 13 de maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS: 0327805-5

COMARCA DE ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PASSIRA/PE

IMPETRANTE: MARTA MARIA MAGALHÃES

PACIENTE: RUANN ICCARO FERREIRA GERALDO DA SILVA

PROCURADORA. DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

VOTO DO RELATOR

Pelo que consta da denúncia às fls. 82/83, no dia 23 de novembro de 2013, por volta das 21h e 30min, na Rua da Matriz, Centro, Passira/PE, o ora paciente, juntamente com outro denunciado José Edimilson Silva Junior e o adolescente Adilson Douglas Pereira subtraíram para si, **mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, um veículo Fiat Palio de cor preta, placa PFU-6772, e um aparelho de telefone celular da vítima Marcelo Luís da Silva.**

Segundo os autos, nos dias e horários acima reportados, os Denunciados saíram da cidade de Bezerros com destino à Passira, **já com o intuito de praticarem crimes**, todos em uma motocicleta. Chegando na última cidade, de imediato abordaram a vítima, e anunciaram o assalto, sendo que **JOSÉ EDIMILSON apontou uma espingarda, calibre 12, acompanhado do adolescente que, portava uma arma de brinquedo, ao passo que RUAN ÍCCARO era o condutor da motocicleta.**

Ocorre que, os Denunciados, juntamente com o menor, subtraíram da vítima o veículo e o aparelho celular acima referido.



109

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Súmula 86, que “as condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito a liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva”.

Neste sentido, segue julgado deste Egrégio Tribunal de Justiça:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONCURSO DE PESSOAS. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. PERICULOSIDADE. MODUS OPERANDI. ALEGADAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS À CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA EXTREMA. NECESSIDADE EVIDENCIADA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Para se afastar a conclusão a que chegou o Juízo monocrático e atestar a alegada inexistência de elementos de convicção aptos a comprovar a participação do paciente no fato criminoso em referência (roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas) seria necessária a incursão aprofundada em matéria de fatos e provas, o que não se admite na via eleita;
2. Não há falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está justificada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito em tese praticado e da periculosidade dos acusados, bem demonstradas pelo modus operandi empregado;
3. Presente motivo justificador da prisão preventiva (garantia da ordem pública) e demonstrada a necessidade dessa medida de constrição cautelar, tornam-se irrelevantes as alegadas condições pessoais favoráveis do paciente à concessão da liberdade provisória e insuficientes as medidas cautelares constantes do artigo 319 do CPP;
4. Ordem denegada. Decisão unânime.



140

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Como fundamento para a decretação da prisão preventiva, o MM juiz de Direito da Vara única da Comarca de Passira-PE expôs, às fls. 74/75:

[...] estão presentes os requisitos legalmente exigidos para a realização da prisão em flagrante e sua documentação, previstos nos arts. 302, 304 e 306 do CPP [...] É preciso ainda garantir a efetiva aplicação da Lei penal, bem como assegurar a continuidade da instrução criminal, é prática comum, que indivíduos após tomarem conhecimento que estão sendo investigados empreendam fuga. E para se evitar que o acusado não responsabilizado pelos fatos a ele atribuído, necessário e conveniente a instrução do decreto vexatório.

Da análise dos autos, verifico que tanto o paciente como o seu comparsa foram reconhecidos pela vítima, bem como foram autuados em flagrante, conforme consta do depoimento de fl. 62 do Auto de Prisão em Flagrante, acostado às fls. 54/69, o que justifica os fortes indícios de autoria e materialidade delitiva.

Percebe-se, pelo *modus operandi* empregado na prática do crime de roubo, com o uso de violência e grave ameaça à vítima, **a emprego de arma de fogo, uma espingarda calibre 12, durante o período noturno, em concurso de agentes, sendo um deles adolescente, ficando evidenciada a periculosidade do réu, no caso concreto, do ora paciente, o que corrobora com a tese de manutenção da segregação cautelar com vistas à manutenção da ordem pública**, afastando a alegação de constrangimento ilegal.

Apesar de o impetrante alegar que o réu é primário e tem bons antecedentes, é matéria pacífica neste Tribunal de Justiça, conforme a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

(HC 0294433-6, Des. Rel. Antônio de Melo e Lima, DJE 10/04/2013).

Diante do exposto, filiando-me ao entendimento da douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 13 de maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator